

## FILOSOFIA PARA CRIANÇAS E DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS SOCIOCÍTICAS PHILOSOPHY FOR CHILDREN AND THE DEVELOPMENT OF SOCIO-CRITICAL SKILLS

Inês Lima<sup>1</sup>

**Resumo** Este artigo analisa a pertinência de programas de Filosofia para Crianças (FPC), tendo por base os dados resultantes de um estudo de caso, realizado com o objetivo de perceber em que medida estes programas complementam a formação curricular e contribuem para o desenvolvimento pessoal e social das crianças num quadro de aprendizagens escolares significativas, felizes e bem-sucedidas. A pesquisa foi enquadrada por uma abordagem qualitativa e assentou, fundamentalmente, na inquirição de atores (docentes) sobre os programas de FPC promovidos pela Associação Portuguesa de Ética e Filosofia Prática. O estudo permitiu concluir sobre a relevância escolar da FPC, em alinhamento com as metas educacionais preconizadas no século XXI, designadamente no que se refere à promoção de competências sociocríticas junto de crianças e jovens.

**Palavras-chave** Pedagogia Social, Filosofia para Crianças, Competências Sociocríticas

**Abstract** This article analyses the relevance of Philosophy for Children (FPC) programmes, based on data from a case study conducted with the aim of understanding to what extent these programmes complement curricular training and contribute to the personal and social development of children within a framework of meaningful, happy and successful school learning. The research was framed by a qualitative approach and was based, fundamentally, on the questioning of teachers about the FPC programmes promoted by the Portuguese Association of Ethics and Practical Philosophy. The study allowed us to conclude on the relevance of FPC in schools, in line with the educational goals advocated for the

---

1 Associação Portuguesa de Ética e Filosofia Prática (APEFP) – Assessoria de coordenação de projetos educativos, Braga, Portugal.  
[aepfp.ineslima@gmail.com](mailto:aepfp.ineslima@gmail.com)

21st century, namely about the promotion of socio-critical skills among children and young people.

**Keywords** Social Pedagogy, Philosophy for Children, Socio-critical Skills

## Introdução

O presente artigo descreve e analisa dados resultantes de um estudo sobre programas de Filosofia para Crianças (FPC) enquadrado no âmbito do curso de mestrado em Ciências da Educação - especialização em Pedagogia Social, intitulado “Educação Escolar e Filosofia para Crianças, Estudo de caso” (UCP, 2022-2024). A motivação para a investigação prendeu-se com um conjunto de inquietações suscitadas no âmbito da nossa prática profissional de coordenação de projetos de Filosofia para Crianças (FPC) desenvolvidos em contexto escolar. Assim, partindo do pressuposto de que estes programas desempenham um papel crucial no processo formativo das crianças, numa perspetiva de promoção da sua capacidade cívica e crítica, pretendeu-se compreender em que medida constituem uma oportunidade de desenvolvimento curricular no quadro duma educação escolar bem-sucedida. Do ponto de vista empírico, o estudo contemplou três objetivos fundamentais: identificação e análise de perceções dos professores sobre a pertinência da FPC em articulação com o currículo escolar, identificação e análise de perceções dos professores sobre práticas pedagógicas de referência no âmbito da FPC e identificação e análise das perceções dos professores sobre possíveis impactos da FPC no desenvolvimento pessoal e social dos alunos. Concretamente, no contexto deste artigo, iremos centrar-nos sobretudo nos dados referentes ao primeiro objetivo.

A educação escolar enfrenta o desafio de preparar os alunos não só para um desempenho académico eficaz, mas também para a participação ativa e consciente na sociedade. Neste sentido, o desenvolvimento do pensamento crítico e da cidadania na infância emergem como preocupações centrais, reconhecidas tanto pelas instituições educativas quanto pelos próprios educadores. A promoção destas competências é vista como um alicerce para a construção de uma sociedade mais justa, equitativa e capaz de enfrentar os desafios globais (UNESCO, 2021). Trata-se de crianças enquanto sujeitos de direitos e participantes ativos na sociedade. As escolas, enquanto espaços privilegiados de aprendizagem e socialização, desempenham um papel fundamental na consolidação destes valores, preparando

as crianças para exercerem os seus direitos e responsabilidade cívica de forma informada e crítica.

Neste sentido, a Filosofia para Crianças (FPC) tem sido proposta como uma ferramenta pedagógica promissora. Fundamentada pela proposta de Matthew Lipman (1923-2010), a FPC procura promover o desenvolvimento do pensamento crítico, da autonomia e da capacidade de questionamento nas crianças. Este autor defende que a filosofia deve ser introduzida no currículo escolar não como uma disciplina tradicional, mas como um método de investigação que estimule as crianças a pensar de forma independente, a discutir ideias de forma estruturada e a explorar as diversas perspetivas de um problema (Lipman, 2002).

Assim, tendo como referência os princípios que balizam atualmente as Ciências da Educação, em particular a Pedagogia Social, pretendeu-se perceber em que medida a FPC pode ser integrada no currículo escolar, potencializando o desenvolvimento pessoal e social das crianças e contribuindo para uma educação mais significativa e transformadora. No sentido de avaliar este efeito, foi realizado um estudo de caso, enquadrado por uma abordagem qualitativa, tendo por base as perceções dos professores sobre os programas de FPC desenvolvidos pela Associação Portuguesa de Ética e Filosofia Prática (APEFP) para o 1.º Ciclo do Ensino Básico (CEB).

## **Educação, Pedagogia Social e Filosofia para Crianças**

A Pedagogia Social é uma ciência da educação construída na relação de acolhimento interdisciplinar entre as áreas da educação e da solidariedade social, funcionando como uma “pedagogia do laço social”, humanista e problematizadora (Baptista, 2010, p. 98). Tendo em consideração o que foi mencionado, pode considerar-se que os objetivos da FPC estão alinhados com os princípios da Pedagogia Social, na medida em que visam o desenvolvimento de competências transdisciplinares de forma a promover o desenvolvimento integral das crianças como alunos e cidadãos informados e conscientes. Como refere o “pai” da Filosofia para Crianças, Matthew Lipman, estes programas visam não só a aplicação de práticas filosóficas, mas, principalmente, o desenvolvimento de habilidades cognitivas e sociais que são essenciais para o exercício pleno da cidadania (Lipman, 1990). Através do diálogo e da investigação conjunta, as crianças aprendem a argumentar, a respeitar diferentes perspetivas e a tomar decisões informadas.

O pensamento crítico é uma competência central para a formação de cidadãos capazes de participar de forma ativa e consciente na sociedade democrática. Segundo autores como Lipman (2003) e Paul e Elder (2008), o pensamento crítico envolve a capacidade de questionar, analisar, avaliar e formular argumentos de forma lógica e coerente. Este conjunto de habilidades é especialmente relevante na infância, uma vez que é durante os primeiros anos de escolaridade que as bases para um pensamento autónomo e reflexivo são estabelecidas.

A cidadania, por sua vez, é entendida como o exercício de direitos e deveres, e a capacidade de participação ativa na vida comunitária. A educação para a cidadania visa desenvolver nas crianças uma consciência crítica sobre os seus papéis e responsabilidades na sociedade, promovendo valores como o respeito, a justiça, e a solidariedade (Oliveira, 2017). Assim, a articulação entre pensamento crítico e cidadania na infância não só fortalece a formação individual das crianças, mas também contribui para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

A proposta de Lipman posiciona a filosofia como uma disciplina central na educação e com uma abordagem distinta. Em vez de ser um conteúdo a ser ensinado, a filosofia é vista como uma prática que se integra nas atividades diárias das crianças, promovendo um pensamento mais profundo e reflexivo. Lipman argumenta que a filosofia deve ser acessível a todos desde cedo, pois só assim é possível formar cidadãos críticos e conscientes (Lipman, 2003).

Neste sentido, a FPC assume um papel fundamental na educação contemporânea, proporcionando um ambiente onde as crianças podem explorar questões éticas, sociais e filosóficas de forma estruturada, mas aberta. Ao integrar a FPC no currículo escolar, não só se fortalece o desenvolvimento cognitivo das crianças, mas também se promove uma educação que é verdadeiramente humanizadora e transformadora.

Em Portugal estes programas surgem em 1988, através do Centro Português de Filosofia para Crianças (CPFC), fundado junto da Sociedade Portuguesa de Filosofia (SPF) por Maria Zaza Carneiro de Moura. A este seguem-se outros centros como o Centro Diálogos – Filosofia com Crianças... e outras idades (1990), fundado por Maria Luísa Abreu e Alice Santos, com foco na formação de professores, e o MÉNON - Centro de Filosofia com Crianças e Jovens (1991), fundado por Maria José Figueiroa-Rego, que aposta na prática da FPC bem como na investigação na área. Neste contexto surge em 2008, pela

mão de Eugénio Oliveira, uma Organização não Governamental (ONG) — a Associação Portuguesa de Ética e Filosofia Prática (APEFP) —, com um projeto pensado para promover a filosofia prática e a ética organizacional. Como estabelece o seu Regulamento Interno (2021), trata-se de uma associação de cariz educativo, sociocultural e científico, sem fins lucrativos, e tem como fim a divulgação, promoção, desenvolvimento, formação, investigação e estudo na área da Ética e da Filosofia Prática. No alinhamento com estas finalidades, a associação viu declarada a sua utilidade pública em Conselho de Ministros, através do Despacho n.º 92397/2014, de 26 de junho.

A APEFP é uma entidade de referência na alçada da promoção da FPC como uma prática pedagógica diferenciadora no âmbito da reflexão cooperativa, na promoção de competências lógico-argumentativas, de forma a viabilizar uma comunicação clara e eficaz, bem como um instrumento para o desenvolvimento de disposições e atitudes conducentes a uma cidadania crítica, criativa e ética. Na área da educação, a associação promove múltiplas atividades para alunos, professores e escolas/agrupamentos. Nomeadamente, possui um Centro de Formação para Educadores e Professores, acreditado pelo Conselho Científico-Pedagógico da Formação Contínua desde 2014 (Registo CCPFC/ENT-AP-0516/22). Através deste Centro é Entidade Formadora e certificadora dos Facilitadores de Filosofia para Crianças de nível 1, nível 2 e nível 3 e ainda da formação de Filosofia para Crianças “Os ses e os porquês da comunidade de investigação”. A APEFP é atualmente uma instituição muito relevante no âmbito da implementação de projetos de FPC, coordenando projetos educacionais na escola pública em Portugal e no estrangeiro, bem como projetos municipais e em escolas particulares. No passado ano letivo (2023/2024) os programas de FPC da APEFP abrangeram cerca de 6000 crianças, desde o ensino pré-escolar até ao 6.º ano de escolaridade.

Tomando como referência os programas desenvolvidos por esta associação, o nosso estudo empírico foi realizado com o objetivo de avaliar a pertinência da integração escolar da Filosofia para Crianças, tendo por base os projetos implementados pela APEFP no currículo do 1.º Ciclo do Ensino Básico, centrando-se nas perceções e experiências de professores que tiveram programas de FPC implementados no seu horário curricular.

## Estratégia de desenvolvimento

Como foi dito, a metodologia utilizada foi a do estudo de caso, selecionada pela sua capacidade de explorar fenómenos contemporâneos dentro do seu contexto real (Yin, 2003, p. 32), permitindo uma análise rica e detalhada das perceções dos intervenientes. O nosso grupo de participantes foi composto por seis professores do 1.º Ciclo cujas turmas tiveram sessões FPC promovidos pela Associação Portuguesa de Ética e Filosofia Prática, em regime de coadjuvação curricular, semanalmente e durante um período não inferior a cinco meses. Estes docentes foram escolhidos também tendo em consideração a sua experiência na docência (no mínimo 15 anos), para além do envolvimento direto com a FPC, garantindo assim a relevância e a fiabilidade dos dados recolhidos.

A recolha de dados foi realizada através de entrevistas semiestruturadas, que proporcionaram uma maior flexibilidade na exploração dos temas relevantes, permitindo que os professores expressassem mais livremente as suas opiniões e experiências. De acordo com as exigências éticas, os professores assinaram uma declaração de Consentimento Livre e informado e todos os dados foram devidamente anonimizados. Seguimos a este respeito as recomendações da Carta Ética da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação (SPCE, 2020).

Foram ainda recolhidos dados através da análise documental com o intuito de se obter informação acerca dos projetos de FPC implementados pela APEFP, de modo a identificar os objetivos a que se propõem, os seus princípios e valores e as suas práticas pedagógicas. Simultaneamente, e procurando tirar partido da relação de proximidade da investigadora, foram obtidos registos no âmbito da observação, com recurso a um “diário de bordo”, usados como fonte de informação complementar devidamente assinalada.

A organização e análise dos dados recolhidos foi realizada segundo um modelo interpretativo e crítico, tentando ir ao encontro dos sentidos verbalizados pelos atores de modo a identificar padrões e temas recorrentes nas suas respostas. O processo de análise dos dados revelou três subcategorias emergentes no âmbito das perceções dos professores acerca da pertinência da FPC em articulação com o currículo escolar, sendo estas: a valorização da integração curricular da FPC, os desafios para a docência e os impactos observados nos alunos. Estas subcategorias foram estudadas em detalhe, com exemplos concretos fornecidos pelos professores, que ilustram a sua experiência e as suas reflexões sobre os referidos impactos.

## Principais resultados

A integração da Filosofia para Crianças no currículo do 1.º Ciclo do Ensino Básico foi avaliada, como referido, através das perceções dos professores envolvidos no estudo. É de salientar que a forma como estes se dispuseram a colaborar com este estudo e, sobretudo, a sua participação empenhada e motivada, possibilitou a recolha de dados relevantes e que ajudam a fundamentar a importância do lugar da filosofia na formação das crianças e a relevância da sua inserção escolar.

Consideramos que a opinião dos docentes é fundamental para compreender a real pertinência e o impacto desta abordagem no contexto educativo. Da análise realizada sobressai, desde logo, em todas as entrevistas, a conceção da FPC como um contributo relevante e muito atual. Os professores consideram que as sessões de FPC constituem uma mais-valia perfeitamente enquadrada no currículo escolar. Esta ideia é fortemente corroborada pela valorização do projeto a funcionar em coadjuvação curricular entre facilitador e professor titular, isto é, com as sessões integradas no tempo letivo do docente, tal como os participantes fazem questão de destacar.

“A filosofia acrescenta valor, não tira tempo à aula.” (P5)

“Com a FPC a funcionar em boa articulação entre o titular e o facilitador, podem explorar-se as maiores dificuldades da turma e ir de encontro a questões que estão a ser vividas pelos alunos e nas quais a filosofia pode ajudar.”(P4)

Reforçando esta perceção, os professores deram exemplos do que consideram ser uma articulação curricular feliz, sustentada, na sua perspetiva, na boa colaboração entre professor titular e professor facilitador, evidente na disponibilidade para diálogo constante. Constitui um destes casos, registado em diário de bordo, uma situação em que a Associação de Pais estava a organizar um *peddy-paper* para os finalistas, utilizando para o efeito figuras da cultura escolar que acabaram por assustar alguns alunos. Assim, a pedido do professor titular foram realizadas três sessões sobre o medo às quais os alunos aderiram entusiasticamente. Desta forma, foram tratadas as questões que em particular estavam a ser vivenciadas de forma perturbadora por alguns alunos. Conseguiu-se até que uma aluna que estava particularmente assustada (cujo professor tinha sido contactado pela mãe) se manifestasse no tocante às suas dificuldades.

O enquadramento da FPC no currículo é ainda elogiado e defendido na medida em que abrange todos os alunos, ou seja, funcionando numa lógica de aprendizagem que ultrapassa as “atividades de enriquecimento curricular” (AEC). Na verdade, não sendo em coadjuvação curricular essa abrangência não teria lugar.

“Doutra forma (que não em coadjuvação curricular) os alunos não estariam tão predispostos /entenderiam o projeto de uma forma menos séria.” (P6)

Ainda no âmbito do alinhamento da FPC com o currículo escolar, surgem outros depoimentos, sobre as ferramentas que a FPC pode dar aos alunos para as outras áreas curriculares:

“Às vezes há até cruzamento dos conteúdos curriculares com os temas abordados na FPC como por exemplo, os Direitos Humanos.” (P5)

“A possibilidade de os alunos terem oportunidade para pensarem e se exprimirem, acaba por ser bom também para as outras áreas. Por exemplo para a área do português, ainda hoje estivemos a dar o texto de opinião e o facto de eles saberem dar a sua opinião é muito treinado na filosofia.” (P3)

Em linha com o que foi exposto, outro aspeto que nos parece de grande relevância são as referências respeitantes à importância do trabalho em equipa no âmbito da experiência de coadjuvação e à aprendizagem dos próprios professores durante as sessões e às ferramentas que obtêm a partir das mesmas:

“A filosofia ajuda-me a mim a questionar e explorar certas coisas que de outra forma, não entraria por aí.” (P2)

“Estamos habituados a um tipo de estratégias e vemos outras estratégias a funcionar. O professor vê oportunidades para utilizar estratégias semelhantes às da filosofia na sua aula.” (P6)

Desta forma, os docentes constataam que também eles aprendem com as sessões de FPC. Este reconhecimento parece adequar-se à exigência de um perfil aprendente que se espera dos professores do século XXI, conforme preconiza a UNESCO (2021).

Há ainda a referir que os professores alegam que nas sessões de FPC acabam por conhecer melhor os alunos, na medida em que os conhecem numa perspetiva diferente. O que vem ao encontro das metas de desenvolvimento humano e das teses dos autores referidos na fundamentação teórica da investigação que deu origem a este trabalho sobre a necessidade de valorizar a história e a identidade de cada aluno, enquanto pessoa e enquanto rosto, num quadro de hospitalidade relacional e pedagógica (Baptista, I. 2005; Carneiro, R. 2003; Carvalho, A.D. 1992). De notar, por exemplo, a forma como os professores se declaram surpreendidos pelo testemunho de alteridade dos seus alunos.

“Às vezes somos surpreendidos pelas intervenções dos alunos na aula de filosofia, aquele aluno que para os conteúdos mais curriculares /académicos tem alguma dificuldade, mas depois quando está na sessão diz frases muito interessantes.” (P6)

“Tenho um aluno que tem alguns problemas de comportamento e numa aula de filosofia, argumentou de uma maneira que fiquei admirada.” (P5)

Em consonância com o que foi acima referido, os professores referem ainda que nas sessões de FPC surgem informações de carácter pessoal/emocional por parte dos alunos que lhes permitem compreendê-los de forma mais abrangente:

“Durante as sessões de FPC conheço mais o *íntimo* dos alunos, porque durante as aulas é diferente: levantam o dedo para referir saberes académicos.” (P2)

“Como a filosofia é um momento libertador, durante o qual os alunos se podem questionar, surgem por vezes intervenções dos alunos que revelam questões emocionais/pessoais que estão a vivenciar. Se o professor não estivesse presente na sessão, poderiam perder-se estas pontes.” (P1)

Remetendo-nos para o pensamento da filósofa Hannah Arendt sobre a ligação entre responsabilidade e capacidade de juízo que justifica a necessidade de aprender a pensar para lá do conhecer, Isabel Baptista fala-nos justamente na importância do desenvolvimento do pensamento crítico “como condição necessária à afirmação do sujeito ético, um sujeito sensível, capaz de ser afetado pela interpelação do outro, esclarecido, implicado e interventivo” (Baptista, 2007, p. 107). No entender da autora, neste processo de “capacitação subjetiva e cívica” a filosofia desempenha um papel fundamental. Neste caso uma filosofia de alteridade indexada a um paradigma relacional, segundo o qual a relação humana, e de modo particular e muito especial a relação pedagógica, assume grande importância. Sobre este aspeto, foi muito significativa a forma como os professores reconheceram que a sua colaboração nas dinâmicas de FPC contribuiu para um maior conhecimento dos alunos e, dessa forma, para a promoção de uma relação ensino-aprendizagem de maior confiança e mais efetiva.

A mesma lógica de hospitalidade ou acolhimento de novidade surge também em relação ao testemunho de alteridade vindo dos colegas facilitadores, como aparece evidenciado no seguinte fragmento de discurso.

“O facilitador põe questões que eu às vezes até fico admirada como é que os alunos dizem certas coisas, ele arranca-lhes coisas. Consegue fazê-los exprimir-se, por exemplo coisas que às vezes lhes tocam lá no fundo e de que eles não gostam de falar. Nós fazemos tudo e mais alguma coisa, mas ter aquele momento só para questionar/pôr tudo em causa, isso é muito importante e faz-lhes muito bem.” (P2)

Finalmente, há também revelações respeitantes a aspetos mais especificamente relacionados com as crianças e as suas vivências escolares, no que concerne à promoção duma escolaridade mais feliz, mais segura, e de maior interação com a família, mais uma vez de acordo com as metas educacionais preconizadas pela UNESCO para a educação do século XXI.

“A filosofia promove a reflexão, é um espaço para refletir. Constitui momentos de aprendizagem muito agradáveis o que contribui para o bem-estar dos alunos na escola. É muito bom.” (P5)

“Os alunos sabem o dia e a hora da sessão e ficam ansiosos a aguardar a chegada do facilitador.” (P<sub>3</sub>)

“Nas sessões de filosofia sentem-se seguros para falar de tudo e mais alguma coisa. Eles às vezes partilham conversas familiares, coisas que eu nem sabia e até se esticam a expor-se.” (P<sub>2</sub>)

De referir o *feedback* dado pelas famílias, conforme registo em notas de campo constantes de diário de bordo. Uma mãe referiu-nos que a filha colocava em casa questões trazidas das sessões de FPC, dando testemunho de satisfação e de confiança em relação à vivência escolar. Comentou em concreto que a filha se referiu ao “paradoxo do barco de Teseu”, tema muito utilizado nas sessões de FPC para abordar a identidade, a continuidade e a mudança, colocando aos pais algumas das perguntas analisadas durante a sessão.

Foi ainda destacado pelos participantes o carácter lúdico das sessões através da utilização de práticas pedagógicas muito motivadoras para os alunos (os alunos sabem o dia e o horário das sessões de FPC e aguardam-nas com alegria e, por vezes, ficam tristes quando as sessões terminam, dado que queriam continuar a “discussão filosófica”).

Reforça-se assim a importância da escola enquanto lugar de bem-estar e de hospitalidade. “Instituir lugares de hospitalidade significa investir na criação de espaços que funcionem como verdadeiros laboratórios de laços sociais, transformando-se em lugares carregados de densidade antropológica” (Carvalho, A & Baptista, I. 2004, p. 74). Na mesma linha, e citando Lipman, se a sociedade quer que “saíam da escola pessoas reflexivas e racionais deve cuidar para que o ambiente da própria escola seja reflexivo e racional” (Lipman, 2002, pp. 314-319).

## **Reflexões finais**

Em síntese, tendo em consideração os dados expostos, podemos concluir que, de modo consensual, os professores reconhecem e valorizam a pertinência da FPC no currículo escolar, em linha com as metas curriculares preconizadas e com os objetivos de aprendizagem. Esta constatação coloca desafios em termos de concretização de procedimentos de integração curricular, considerando-se que é um caminho que vale a pena percorrer. Neste sentido, os professores evidenciam o contributo da FPC não só para a formação

escolar e pessoal dos alunos, mas também para a sua própria aprendizagem pessoal e profissional. O que vai ao encontro da perspectiva de Matthew Lipman para quem “tal como as crianças que estamos a formar, é importante que os próprios professores facilitadores se afirmem como cidadãos reflexivos, cujos ideais não sejam meramente professados, mas operacionalizados e implementados” (Lipman, 1990, p. 78).

Os programas de FPC parecem desempenhar um papel importante na formação escolar das crianças, contribuindo decisivamente para o seu desenvolvimento pessoal e social. O mesmo é dizer para a sua preparação para vida, de modo que, de forma sensível e esclarecida, possam tomar em mãos o seu próprio destino num mundo cada vez mais complexo. Ao defender uma abordagem reflexiva da educação que valoriza o potencial de apropriação e produção de conhecimento das crianças, quer em relação a si mesmos, quer em relação ao mundo em redor, a FPC enquadra o conhecimento na perspectiva mais vasta da formação global do indivíduo, tendo assim um carácter integrador. Estes aspetos são especialmente significativos quando pensamos à luz da Pedagogia Social, valorizando as missões de justiça e de inclusão social da escola. Segundo os professores inquiridos, ao promover outras maneiras de aprender, a FPC contribui para o sucesso escolar dos alunos, sobretudo daqueles que evidenciam maiores dificuldades.

## Referências

- Azoulay, A. (Coord.) (2021). *Reimagining our futures together – A new social contract for education*. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional para o futuro da Educação. Paris.
- Baptista, I. (2005). *Dar rosto ao futuro: a educação como compromisso ético*. Porto: Profedições.
- Baptista, I. (2007). *Capacidade Ética e Desejo Metafísico: Uma interpelação à Razão Pedagógica*. Porto: Edições Afrontamento.
- Baptista, I. (2010). Estatuto filosófico e científico da pedagogia social. Especificidade epistemo-antropológica (pp. 95-102). In *Contemporaneidade Educativa e Interpelação Filosófica*. Carvalho, A.D. (Coord.) Porto: Edições Afrontamento.
- Carneiro, R. (2003). Do sentido e da aprendizagem. *Revista Portuguesa de Investigação Educacional*, 2, 109-123.
- Carta Ética da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, 2014.
- Carvalho, A. D. (1992). *A Educação como Projeto Antropológico*. Porto: Afrontamento.
- Carvalho, A. D., & Baptista, I. (2004). *Educação Social, Fundamentos e estratégias*. Porto: Porto Editora.
- Lima, I. (2024). *Filosofia para Crianças – Diálogos Improváveis*. Braga. Publicações APEFP (no prelo).

- Lipman, M. (1990). *A Filosofia vai à escola*. 3.<sup>a</sup> edição. S. Paulo: Summus Editorial.
- Lipman, M. (2002). *La Filosofía en la aula*. 3.<sup>a</sup> edição. Madrid: Ediciones de la Torre.
- Lipman, M (2003). *Thinking in Education*. Cambridge University Press.
- Oliveira, G. (Coord.) (2017). *Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania na escola – Cidadania e desenvolvimento*. Ministério da Educação da República Portuguesa.
- Paul, R., & Elder, L. (2008). Critical thinking: The nuts and bolts of education. *Optometric Education*, 33, 88-91.
- Yin, R. (2003). *Estudo de caso: Planejamento e Métodos*. 2.<sup>a</sup> edição. Porto Alegre: Bookman.

Article received on 25/05/2025 and accepted on 03/06/2025.

Creative Commons Attribution License | This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License (CC BY). The use, distribution or reproduction in other forums is permitted, provided the original author(s) and the copyright owner(s) are credited and that the original publication in this journal is cited, in accordance with accepted academic practice. No use, distribution or reproduction is permitted which does not comply with these terms.